Bindi



Entrevista do professor Gaetano Pecora ao professor Rogerio Dultra em outubro de 2023

Gaetano Pecora

Gaetano Pecora, 62 anos, é professor catedrático de História das doutrinas políticas na Universidade de Sannio e na LUISS (Libera Universitá Internazionale degli Studi Sociali Guido Carli). É membro fundador da «Fundação Rossi-Salvemini», diretor do «Arquivo Histórico de Sannio» e presidente do «Centro Gaetano Salvemini de Estudos Históricos, Políticos e Sociais» de Nápoles. Entre os seus numerosos ensaios recordamos: Homens de democracia, com prefácio de Norberto Bobbio, edições científicas italianas, Nápoles, 1987 (1ª ed.), 2007; O pensamento político de Kelsen, Laterza, Roma-Bari, 1995; O pensamento político de Gaetano Filangieri. Uma análise crítica, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2007; A liberdade dos modernos, edições científicas italianas, Nápoles-Roma, 2011; A escola secular. Gaetano Salvemini contra os clericais, Donzelli, Roma, 2015, tendo publicado no Brasil: "Introdução ao pensamento político de Hans Kelsen" (2015) e "A luz tênue da razão: a lição laica de Norberto Bobbio" (2023).

Palavras-chave

Gaetano Pecora; Norberto Bobbio; Teoria política.

Keywords

Gaetano Pecora; Norberto Bobbio; Political theory.

1. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Resumo

Entrevista do professor Gaetano Pecora ao professor Rogerio Dultra em outubro de 2023.

Abstract

Interview of Professor Gaetano Pecora with Professor Rogerio Dultra in October 2023.

Entrevistador:

Rogerio Dultra dos Santos

Professor Associado IV do Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Justiça Administrativa (PPGJA-UFF).

E-mail: rogeriodultra@yahoo.com.br

RD - Como as leituras de Teoria Política e dos autores clássicos da política realizadas por Norberto Bobbio influenciaram a sua formação?

GP - Bobbio sempre demonstrou um grande respeito pelos "clássicos" do pensamento político, por todos os clássicos, que, sendo clássicos, são verdadeiramente os contemporâneos eternos da humanidade. No entanto, ele dava preferência aos racionalistas em relação aos espiritualistas e privilegiava os empiristas em relação aos metafísicos. Isso significa que os autores mais afins à sua disposição (e, também, mais queridos em seu coração) eram aqueles que, no trabalho do intelecto, avançavam com ideias claras e distintas e, em seguida, submetiam essas ideias à prova dos fatos, não as deixando penduradas no ar, de onde poderiam escorrer gotas de má retórica (uma retórica que, para Bobbio, era o pecado mais tosco da inteligência). Estas são as "inclinações" de Bobbio que me marcaram e deixaram uma profunda impressão em minha alma. Também eu admiro muito, e dentro das minhas capacidades, me esforço para seguir o exemplo daqueles que definem com precisão os termos de seu raciocínio, especialmente quando tais termos evocam conceitos polivalentes que podem ser interpretados em várias direções. Explico com um exemplo: hoje, todos (ou quase todos) se declaram liberais e, como tais, demonstram preocupação com o destino da liberdade. E isso é bom. Mas quando falamos de liberdade - e aqui está o valioso ensinamento de Bobbio que eu me esforço para honrar - quando falamos de liberdade, queremos realmente dizer a mesma coisa? A liberdade é única ou múltipla? E, se houver mais de uma, o que os fatos nos dizem? Qual é a relação entre elas? Qual vem antes e qual vem depois? Portanto, para resumir: com Bobbio, aprendi a decomposição analítica de conceitos (especialmente daqueles muito amplos e abrangentes), que, após serem depurados de qualquer obscuridade, são então confrontados com a realidade concreta dos fatos.

RD- Na história política italiana, Norberto Bobbio é uma figura central, especialmente por ter sido testemunha ocular do desenvolvimento e dos desafios do processo democrático na segunda metade do século XX. Como as temáticas da laicidade e da tolerância impactam

a compreensão desse autor sobre este período?

GP - No pensamento de Bobbio, o tema da tolerância é fundamental e, consequentemente, quase por arrasto, também é fundamental o da laicidade. A ponto de essas duas coisas procederem juntas de tal forma que, para Bobbio, se havia uma virtude tipicamente e genuinamente laica, essa era exatamente a virtude da tolerância. "A tolerância - escreveu uma vez - é uma grande conquista do pensamento laico". Agora, perguntemo-nos: Bobbio estava certo ao unir tão intimamente laicidade e tolerância? Claro que estava certo, desde que, mais uma vez, as palavras sejam definidas com precisão e a noção exata do Estado laico seja dominada. Bem, o Estado é laico enquanto honra o princípio jurídico da igual liberdade jurídica, de modo que ele não é defensivo nem ofensivo em relação à fé. Não, o Estado é laico precisamente porque, no conflito entre religião e irreligião, fica à parte e não toma partido nem pela crença nem pela descrença, permitindo que cada um siga o caminho ditado por sua espiritualidade. Esse caminho será bom ou ruim? Bem, não sabemos. Não sabemos porque, quando se trata de crenças, a razão possui pouca (ou nenhuma) capacidade iluminadora. Não é uma luz esclarecedora; é, no máximo, uma chama trêmula que um sopro de vento pode extinguir, nos deixando no escuro e com os dedos queimados. No campo dos valores supremos (e todas as crenças guardam valores supremos), ninguém, absolutamente ninguém, pode se considerar depositário da Verdade absoluta, que, sendo absoluta, deveria valer para mim, para você e para todos os outros. Verdade, sim, mas relativa; portanto, múltipla e, acima de tudo, sujeita a mudanças no tempo e no espaço. Portanto, para voltar à nossa pergunta: será bom o caminho que escolhemos? Não há muito o que fazer: nunca teremos certeza. Nunca saberemos com certeza. No entanto, sabemos que é o nosso caminho.

E isso é suficiente. Isso é suficiente, é claro, para quem "acredita que a verdade tem muitas faces e não há critério objetivo e absoluto para distinguir a verdade do erro" (palavras de Bobbio). Nesse caso, explicava, "a única solução é o encontro ou o confronto de opiniões, julgamentos e ideias", ou seja, uma situação que não pode ocorrer sem compreensão mútua e respeito mútuo. Ou seja, sem tolerância. Que, por isso mesmo, é inerente à organização do Estado laico.

- **RD** Qual o seu entendimento sobre a relação entre democracia, laicidade e tolerância no pensamento liberal contemporâneo?
- **GP** Minha resposta à pergunta anterior simplifica um pouco a questão que você me apresenta agora. Simplifica no sentido de que, como argumentei, a laicidade e a tolerância

estão interligadas, e ambas convergem para o Estado liberal, que não poderia existir como Estado liberal se não garantisse a liberdade de consciência, ou seja, a liberdade de crer ou não crer, ou seja, de seguir para o Paraíso ou para o inferno pelas estradas que cada um decide percorrer de acordo com o que lhe dita a voz de sua incoercível interioridade, a voz da consciência. Nesse sentido, a liberdade de consciência é o direito de professar qualquer verdade, e, portanto, também de não professar nenhuma, se assim desejarmos. Com isso, reafirma-se o princípio, tipicamente liberal, da independência pessoal, o princípio de que as estradas do mundo são múltiplas e imprevisíveis, e em princípio não há nenhuma que o ser humano não possa tentar sob o impulso de sua própria iniciativa (respeitando, claro, o igual direito dos outros seres humanos como ele). Então, para retomar a sua pergunta: dado que a tolerância é a expressão mais genuína do pensamento laico, e dado que a laicidade é o resultado jurídico da liberdade de consciência, que, por sua vez, é um produto tipicamente liberal, a conclusão é que, pelo menos conceitualmente, tolerância, laicidade e liberalismo caminham juntos e convergem em uma única realidade. Portanto, e é por isso que sua pergunta se simplifica, a relação não é entre quatro conceitos -(a) democracia, b) laicidade, c) tolerância e d) pensamento liberal contemporâneo - mas apenas entre dois: o liberalismo (que abrange a laicidade e a tolerância) e a democracia.

Dito isso, qual é a relação entre o liberalismo e a democracia? Na minha opinião, há uma relação de dependência, no sentido de que a democracia depende do liberalismo, do qual é uma continuação e não uma negação, um desenvolvimento e não uma inversão. Explico. A condição mínima para a existência de um sistema democrático é que todos, sem discriminação de qualquer tipo, tenham o direito de voto. Não há democracia sem sufrágio universal. Mas, perguntemo-nos: que voto poderemos expressar se antes não tivermos sido livres para falar com nossos amigos? Se antes não tivermos discutido com eles em reuniões livres? E se, antes de tudo, as ideias amadurecidas nesses diálogos livres não forem debatidas em jornais livres? Nesse caso, será violência, chantagem, manipulação, e a cédula do nosso voto será tudo, menos o produto de uma vontade autônoma, a menos que, precisamente, não tenha sido precedida pela liberdade de expressão, pela liberdade de reunião, pela liberdade de imprensa, ou seja, por todas essas liberdades que compõem o universo do liberalismo. Nesse sentido, eu dizia que a democracia é "uma extensão do liberalismo", porque ela estende a todos esses direitos de liberdade (incluindo o voto) elaborados pelo pensamento liberal, mas que a prática do liberalismo havia restrito a apenas alguns afortunados. Tire esses direitos, em vez de estendê-los, e você terá aprisionado as pessoas nas correntes da servidão.

RD - Logo após a queda do muro de Berlim, Norberto Bobbio fez uma avaliação importante sobre a distinção direita/esquerda. Você considera ainda pertinente esta oposição, levando-se em conta a presença crescente do extremismo na Itália e no mundo ocidental?

GP - Já foi sagazmente dito que existe um critério infalível para reconhecer um homem de direita: é de direita quem nega a distinção entre direita e esquerda. A pessoa que fala com você não nega essa distinção. No entanto, como já emerge do que mencionei anteriormente, não acredito que essa distinção passe pela dicotomia liberdade/igualdade, ou seja, não acredito que a liberdade sempre e necessariamente pertença aos "direitistas" e a igualdade aos "esquerdistas". Reflitamos por um momento: a anarquia de Bakunin é um movimento de esquerda. No entanto, para Bakunin, o valor supremo, aquele ao qual ele dava precedência sobre todos os outros, era a liberdade, não a igualdade. Além disso, a igualdade é promovida por aqueles que não pertencem à esquerda. Por exemplo, Luigi Einaudi, o primeiro Presidente da República Italiana, era um liberal e, em certos aspectos, um conservador liberal. No entanto, ninguém mais do que Einaudi advogou a causa da igualdade, mais especificamente da igualdade nas condições iniciais. E agora? Como abordamos isso? Eu acredito que o verdadeiro critério é entre aqueles que rejeitam e aqueles que aceitam as liberdades modernas (e, uma vez aceitas, acreditam que seja justo garantir seu desfrute igualitário entre os cidadãos). Aqueles que rejeitam tais liberdades são de direita (de direita reacionária, entenda-se, não conservadora). Aqueles que as aceitam e buscam distribuí-las igualmente a todos são de esquerda (esquerda socialdemocrata, obviamente, não radical). Além das etiquetas, que podem até ser tingidas de vermelho, na prática muitos movimentos extremistas se encaixam na primeira categoria, e não na segunda.

RD - Bobbio pode ser identificado com o social-liberalismo? Você compreende existirem forças políticas que atualmente possam encampar esta bandeira?

GP - A corrente de pensamento à qual Bobbio se sentia mais próxima é definitivamente a do socialismo liberal, um socialismo que, como a democracia, se desenvolve sem renegar as conquistas do liberalismo. Ele as desenvolve no sentido de que, para um socialista liberal, o Estado certamente deve defender a ordem livre, mas nunca permanecendo insensível às aflições de uma humanidade perdida e sofredora. Caso contrário, os direitos de liberdade se perdem na insubstancialidade de uma ilusão. Por exemplo, qual é o valor da liberdade de imprensa para um pobre que nem sequer tem meios para comprar um jornal? E que valor tem a liberdade de estudo para alguém que, ainda criança, deve abandonar a escola

para ganhar a vida? É precisamente para evitar essas misérias que, na perspectiva do socialista liberal, o Estado deve desenvolver um programa de reformas destinado a corrigir as distorções sociais e a permitir que até o menor e mais obscuro de seus cidadãos exerça efetivamente essas liberdades liberais que, formalmente, sob a lei, são proclamadas iguais para todos, mas das quais nem todos efetivamente se beneficiam na realidade cotidiana. Nesse ponto de vista, o socialismo, mais do que igualdade, é liberdade: é a liberdade que se torna concreta, ou seja, que se torna real também para os menos afortunados. O socialismo - como Carlo Rosselli escreveu em uma página frequentemente citada por Bobbio - "é a liberdade para as pessoas comuns". Quanto aos partidos políticos que se identificam com essa perspectiva, é mais fácil para mim responder de forma negativa do que positiva. É mais fácil, ou seja, dizer quem, à esquerda, não é um socialista liberal: não o é aquele que, mantendo-se ancorado nos postulados do marxismo, condena, em princípio, as liberdades liberais, independentemente de se verificarem ou não na realidade do dia a dia. Portanto, na perspectiva do socialismo liberal, há o dever de confirmar o liberalismo com práticas coerentes; enquanto aqui, nas forças de inspiração marxista, há o imperativo de substituí-lo por valores diferentes. Precisamente porque, em princípio, trata-se de uma oposição inconciliável. Ou de um lado ou de outro.

RD - Nos últimos anos escreveu-se muito sobre crise da democracia e erosão democrática. O senhor considera que a democracia liberal se encontra em risco?

GP - Em 1922, havia 29 estados de democracia liberal. Em 2022, de acordo com o Democracy Index publicado pela The Economist, as democracias no mundo, entre completas e imperfeitas (sendo a Itália uma destas últimas), totalizavam 72. Portanto, em um século, os regimes democráticos mais que duplicaram. Isso deve ser lembrado para os profetas do desastre e como um aviso para os nostálgicos do passado. Dito isso, não devemos nos entregar a um otimismo excessivamente descuidado. Justamente porque as democracias liberais governam sociedades abertas, elas também estão abertas a riscos e ameaças de todos os tipos (incluindo a impensável, até alguns anos atrás, situação de presidentes que, ao não aceitarem os resultados das eleições, fazem com que multidões fanáticas invadam as instalações do Parlamento dispostas a causar estragos). Portanto, não é um otimismo vazio, mas também não é um pessimismo desesperado. Se alguma coisa, é um realismo tingido de uma fina esperança. Essa era, pelo menos no que diz respeito à Itália, a posição precisa de Bobbio. Quando o entrevistei em 1986 e contestei suas previsões sombrias dos anos anteriores, ele respondeu da seguinte forma: "Estou menos pessimista do que costumava ser, reconheço. Meu pessimismo derivou da vivência

existencialmente intensa dos anos turbulentos, a partir do massacre na Piazza Fontana. Tinha medo de que nossa democracia fosse muito frágil para resistir à violência subversiva. Eu estava errado [...]. Tenho a impressão de que os italianos se acostumaram, ou pelo menos se resignaram, à democracia, considerando-a como o mal menor, e, portanto, o sistema democrático atingiu certa estabilidade. Espero não estar errado pela segunda vez." Gosto de encerrar a entrevista com essa esperança de Bobbio e com a (quase) certeza da minha parte de que Bobbio não estava sendo... recidivo.



Os artigos publicados na Revista Bindi estão licenciados sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).